



## COMERCIO INFORMAL E MIGRANTES ASIATICOS: IMPACTOS DO COMÉRCIO VAREJISTA NO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO CENTRO DE SÃO LUÍS

Katyane Alice Lobo de Almeida

### Resumo

O objetivo deste estudo é analisar o novo cenário que se instaurou no comércio varejista do centro de São Luis. Com as transformações que estão ocorrendo no mundo do trabalho por conta da globalização, faz-se necessário um estudo que analise as questões do desenvolvimento socioeconômico da região, sendo os migrantes asiáticos no comércio informal o alvo principal.

**Palavras-chave:** Globalização; desenvolvimento; socioeconômico; migrantes asiáticos e comércio informal.

### Introdução

Esta é uma pesquisa em curso, e tem o intuito de agregar mais informações a dissertação do que se encontra em andamento.

Para a Organização das Nações Unidas – ONU o “migrante” é qualquer pessoa que vive, permanentemente ou temporariamente, num país no qual não nasceu e no qual criou relações (DIAS; ROCHA, 2009 apud CASTRO; BERNART; BAPTISTA, 2016).

A mobilidade dos imigrantes do século XXI tem se impulsionado com novos objetivos, conforme os avanços das redes sociais e tecnologias da informação. Esses novos imigrantes conseguem manter-se conectado para acompanhar o crescente mundo globalizado, Dana Diminescu anuncia, assim, a era do “migrante conectado”, o migrante do século XXI. Antes: migrar e cortar raízes; agora: circular e manter contato (PIZA 2012 apud DIMINESCU, 2007).

O fenômeno da globalização no mercado vem se intensificando a cada dia, e podemos observar esse avanço facilmente através do mercado de trabalho. Essas mudanças, atingem de forma direta a classe trabalhadora principalmente dos países subdesenvolvidos, que outrora se viam assegurados em trabalhos manufaturados nas empresas. Alguns trabalhadores, conseguiram se informatizar e adaptar com as novas exigências impostas pelo mercado de trabalho, mas mesmo assim tais mudanças tecnológicas da globalização, trouxeram uma onda de desemprego, pois, estes trabalhadores foram em sua maioria substituídos por máquinas, diminuindo assim as despesas com a mão de obra nas empresas.



Antunes (1995) fala que foi criado dois lados, um em escala minoritária, trabalhador polivalente e multifuncional da era informacional, capaz de operar com máquinas com controle numérico e de, por vezes, exercitar com mais intensidade sua dimensão mais intelectual. E, de outro lado, há uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação, que hoje está presenciando, as formas de emprego temporário, parcial, ou então vivenciando o desemprego estrutural.

Com tais modificações acontecendo no mundo do trabalho, alguns países tiveram a necessidade de abrir o leque de oportunidades nas empresas por falta de mão de obra qualificada em seu próprio país para vários grupos de trabalhadores, o que inclui grupos variados de imigrantes.

Devido as mudanças do cenário no mundo do trabalho, além da procura por mão de obra qualificada, a informalidade nesta área tornou-se algo constante, indicando uma estratégia de sobrevivência frente à perda de uma ocupação formal, quanto uma opção de vida para alguns segmentos de trabalhadores que preferem desenvolver seu próprio negócio para ganharem mais, serem seus próprios patrões e terem maior autonomia (MATSUO, 2009).

No Brasil, há uma parcela significativa de imigrantes que vieram tentar encontrar oportunidades no mundo do trabalho informal. Atualmente o Brasil abriga cerca de 1.847.274 imigrantes regulares, segundo estatísticas da Polícia Federal atualizadas em março de 2015. Conforme a classificação adotada pela instituição, esse total engloba 1.189.947 “permanentes”; 595.800 “temporários”; 45.404 “provisórios”; 11.230 “fronteiriços”; 4.842 “refugiados”; e 51 “asilados” José Tadeu Arantes (AGÊNCIA FAPESP, 2015).

O número de imigrantes no Brasil está aumentando de forma consistente. E tende a aumentar ainda mais nos próximos anos. Três fatores contribuem para isso: o declínio da taxa de crescimento populacional brasileira (que, em conjunturas de expansão econômica, favorece a recepção de trabalhadores estrangeiros); as dificuldades econômicas e crescentes restrições à entrada de estrangeiros nos países desenvolvidos (que está reconfigurando o fluxo migratório em escala mundial, deslocando o eixo da direção Sul-Norte para a direção Sul-Sul); e a crescente presença de empresas brasileiras em outros países (que, no imaginário das populações locais, apresenta o Brasil como um horizonte de possibilidades) José Tadeu Arantes (AGÊNCIA FAPESP, 2015).



Segundo a Superintendência Regional da Polícia Federal do Maranhão, o grupo de estrangeiros que mais cresceu em São Luís nos últimos anos foi o de asiáticos. Vindos de países como a China, Japão, Coreia do Sul e Filipinas, principalmente, eles representam 15% do total, chegando a mais de 300 pessoas. A maioria se instalou na Rua Grande, onde atuam no comércio informal (ESTRANGEIROS NO BRASIL, 2013).

Um dos maiores atrativos dentro do mundo do trabalho para o crescimento de imigrantes no Brasil é encontrada no comércio varejista, onde existem distintas oportunidades.

## **Migração Asiática**

Sabemos que as emigrações, ocorreram pela busca na melhoria da qualidade de vida, como trabalho, residência, ou até mesmo para fugir de perseguições, discriminações políticas e religiosas, o que ocasionou na mobilização dos migrantes Europeus e Asiáticos para as Américas no século XIX (OLIVEIRA, 2002).

A respeito de emigração Oliveira (2002, p. 11) diz:

Já foi dito que a emigração é uma expressão da liberdade de movimento, mas é também um produto da escassez, já que foi o novo arranjo industrial na Europa, com grande concentração populacional nas cidades, que produziu uma população excedente, aquela que vai procurar condições de vida em outras terras. Atualmente muitos desses deslocamentos estão sendo identificados como fenômenos de diáspora. Entretanto, este termo está mais ligado a uma identidade garantida por um torrão pátrio ao qual todos devem voltar, o que não tem o mesmo significado para todos os grupos que se deslocaram.

Os movimentos migratórios podem ser internacionais, e também dentro do mesmo país, podendo ter caráter definitivo e/ou temporário. Também podem ocorrer de maneira voluntária, ou seja, não dependem de motivos específicos para fazer a transição de residência, ou ainda podem ser submetidos à mudança por força maior, por exemplo, em virtude de ocorrências (DIAS; ROCHA, 2009 apud CASTRO; BERNART; BAPTISTA, 2016).

A imigração teve início no Brasil a partir de 1530, quando começou a estabelecer-se um sistema relativamente organizado de ocupação e exploração da nova terra. A tendência acentuou-se a partir de 1534, quando o território foi dividido em capitanias hereditárias e se formaram núcleos sociais importantes em São Vicente



e Pernambuco.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009), os primeiros registros da imigração, foram dos portugueses que apareceram no século XVIII e se tornaram mais regulares a partir do século XIX. Devido aos inúmeros estudos sobre o tema, hoje já se pode contar com estimativas mais confiáveis sobre o número de imigrantes que vieram para o Brasil desde o século XVI.

A origem socioeconômica do português imigrante é muito diversificada: de uma próspera elite nos primeiros séculos de colonização, passou-se a um fluxo crescente de imigrantes pobres a partir da segunda metade do século XIX. Estes últimos foram alvo de um anedotário pouco condizente com a rica herança cultural que nos deixou o português (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009).

Os italianos, como todos os demais imigrantes, deixaram seu país basicamente por motivos econômicos e socioculturais. A emigração, que era muito praticada na Europa, aliviava os países de pressões socioeconômicas, além de alimentá-los com um fluxo de renda vindo do exterior, em nada desprezível, pois era comum que imigrantes enviassem economias para os parentes que haviam ficado (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009).

Nessas condições, portanto, a emigração era não só estimulada pelo governo, como era, também, uma solução de sobrevivência para as famílias. Assim, é possível entender a saída de cerca de 7 milhões de italianos no período compreendido entre 1860 e 1920 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009). Após a abolição da escravidão no Brasil (1888), os imigrantes europeus começaram a migrar como mão de obra para o Brasil, pois muitos fazendeiros não queriam pagar salários para os exs escravos.

No Brasil, a imigração espanhola teve um caráter predominantemente urbano. Nos séculos XIX e XX, manteve-se o fluxo migratório espanhol para o Brasil, mas seria, então, principalmente o galego, não mais o castelhano. No cotidiano das grandes cidades brasileiras, como o Rio de Janeiro, acabaria confundido com o português que, por sua vez, seria chamado com frequência de galego (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009).

Os colonos alemães adaptaram-se ao Brasil sem abdicar de sua cultura.



Por isso, construíram um novo espaço onde mantiveram o seu próprio estilo de vida, integrando a ele traços da cultura brasileira. Isso resultou no modo de ser singular do colono migrante. A Região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) foi destinada, pelo governo brasileiro, ao povoamento com colonos. Este sistema de colonização é muito diferente do sistema adotado na província de São Paulo (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009).

Atualmente no projeto de inserção internacional, o Brasil delega à região asiática um espaço especial, considerando-se a grande demanda por investimentos e por acesso a tecnologias de ponta, bem como por um mercado com alta capacidade de consumo. Por sua vez, o Brasil levanta interesses na Ásia por se caracterizar como uma importante fonte supridora de matérias-primas, principalmente produtos alimentícios e insumos básicos. Nesse sentido, à medida que a Ásia se dinamiza e se especializa em produtos manufaturados, é mantido ou ampliado o interesse na importação de produtos básicos do Brasil (OLIVEIRA; MASIERO, 2002).

A presente análise aponta que até a década de 70 o relacionamento brasileiro com a Ásia restringia-se basicamente às relações com o Japão, e à aproximação, de caráter mais político, com a República Popular da China na metade dos anos 70. Mesmo esse estrito relacionamento sofre uma retração com a sucessão de crises nos anos 80, retomando força na década de 90. Nessa última década, a retomada e ampliação do relacionamento com a Ásia adquire novo vigor pela maior presença tanto da Coreia do Sul e dos países do Sudeste Asiático, quanto da China que, em decorrência de seu desenvolvimento acelerado, não é mais apenas um ator político, mas um forte mercado consumidor além de fornecedor (OLIVEIRA; MASIERO, 2002).

A emigração de trabalhadores japoneses para outros países teve início na década de 1870, bem antes de sua vinda para o Brasil. O Japão então passava pela Restauração *Meiji* (1868), o que implicou mudanças econômicas e políticas que inseriram o país no mundo moderno. Esse período foi marcado pela queda do xogunato e pela volta do poder às mãos do imperador, por força de uma nova constituição inspirada nas constituições ocidentais modernas. Assim, do lado do Japão, a emigração foi um resultado da modernização que marcou uma nova etapa da história japonesa: o país se abriu para o mundo ocidental, celebrou tratados comerciais que, dentre outras coisas, viabilizaram a saída dos trabalhadores



japoneses (IBGE, 2009).

Os imigrantes deixaram o porto de Kobe em 28 de abril de 1908. Eles vieram a bordo do navio Kasato-Maru — cujo capitão era o inglês A. G. Stevens. O navio atracou no porto de Santos no dia 18 de junho de 1908. Dessa data até 1921, o estado de São Paulo e os fazendeiros de café subsidiaram as passagens dos imigrantes, que deveriam cumprir um contrato de dois a três anos trabalhando nas lavouras de café. A bordo do Kasato-Maru estava um povo que trazia, além da bagagem, uma cultura milenar. Baseadas nos relatos de japoneses que haviam sido enviados ao Brasil antes do início da imigração, essas pessoas esperavam enriquecer em pouco tempo e voltar para sua pátria, já que as oportunidades oferecidas nas lavouras de café pareciam promissoras (GUSMÃO et al, 2005).

Mas os imigrantes que desembarcaram no Porto de Santos naquela manhã de 1908 descobriram outra realidade; eles foram enviados para trabalhar nos cafezais paulistas, muitas vezes sem condições adequadas de higiene. Aos poucos, essas pessoas perceberam que somente com união conseguiriam conquistar sua independência. Os japoneses então começaram a criar parcerias e cooperativas, a fim de defender seus interesses. Além disso, adquiriram pequenas terras, em que desenvolveram técnicas de produção agrícola (GUSMÃO, et al, 2005).

Iremos rever no contexto histórico o início e as motivações da mobilização dos asiáticos coreanos.

Segundo FREITAS (2009, p. 03):

O fluxo migratório de coreanos para a América Latina, a partir da década de 1960, fez parte de uma política de emigração do governo militar sul-coreano, para resolver um problema populacional provocado, pelos seguintes motivos principais: i) a entrada de um milhão de norte-coreanos em fuga antes do início da guerra; ii) o retorno de 2,3 milhões de sul-coreanos depois da Segunda Guerra Mundial e, iii) o aumento da expectativa de vida concomitante aos processos de desenvolvimento econômico e social.

Por estes motivos, foram realizados acordos entre a Coréia do Sul e os países da América latina, os coreanos migravam com suas famílias com o objetivo principal de trabalhar na agricultura, onde tinham incentivo do governo. No caso do Brasil, Freitas (2009) comenta, que os grupos oficiais migraram entre 1962 e 1966. Os acordos foram realizados quase que concomitantemente ao início do estabelecimento de relações diplomáticas entre a Coréia do Sul e o Brasil.

Apesar dos migrantes coreanos terem sido acolhidos nesses países, acabaram enfrentando dificuldades nas terras adquiridas, pois, a maioria se



concentravam na zona rural em locais que não possuíam infra-estrutura básica como escolas e saúde, ocorrendo assim com o tempo deslocamentos para a zona urbana, para a capital destes países (FREITAS, 2009).

O Brasil sempre foi um país com grandes riquezas, e por isso sempre visto como um país das oportunidades, seja na exploração de seus bens naturais, seja na oportunidade de trabalho no comércio em geral ou em outras áreas.

Contudo, passamos a entender um dos motivos mais importantes relacionado a imigração, que são as necessidades de sobrevivência dos seres humanos, fazendo com que as pessoas deixem seu lugar de origem e muitas vezes seus familiares, na tentativa de melhorar de vida. Sobre isso, Marx e Engels (2006, p. 53) fazem a seguinte afirmação:

O primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que todos os homens devem estar em condições de viver para poder fazer história. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter moradia, vestir-se e algumas coisas a mais. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam que haja satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato esse é um ato histórico.

A maioria dos migrantes, sejam eles internacionais ou nacionais se mobilizam em busca do trabalho, e relacionado a isso Antunes fala a respeito do desemprego no capítulo II do seu livro *A Cidadania negada*:

A sociedade contemporânea, particularmente nas últimas duas décadas, presenciou fortes transformações. O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotadas de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica social voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em escala globalizada. (ANTUNES, 1995, p. 35).

Dando continuidade sobre mundo do trabalho, Marx (2004) afirma que o trabalho, em relação ao mundo objetivado, é uma forma exclusivamente humana e o elemento constituidor do ser social, ou seja, sua protoforma ou sua forma originária, constituindo a primeira forma de atividade humana: “[...] um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza”.

## **Informalidade no mundo do trabalho**

Ainda fazendo um breve relato a respeito do mercado de trabalho, nos



deparamos com uma das áreas mais crescentes que é o comércio informal, Oliveira, Neves e Santos (2003 apud Smith, 1994) a define como “[...] produção de bens e serviços baseados no mercado legal ou ilegal, que escapa da detecção das estimativas oficiais do Produto Interno Bruto”.

Matsuo (2009, p. 9) aponta algumas características sobre o trabalho informal, são eles:

O trabalho “autônomo”; o trabalho por conta-própria; o trabalho temporário; e o trabalho terceirizado, que encobrem o caráter subordinado do trabalho informal aos setores dinâmicos da economia e, conseqüentemente, ao processo de acumulação capitalista. A falta de um contrato de trabalho, ou de um contrato que proteja totalmente o trabalhador, é considerada uma afronta à cidadania social. Sendo assim, o trabalhador informal deixa de ser visto como cidadão ou como sujeito de direitos.

Mas, apesar dessa disparidade de manifestações, há um denominador comum: o fato de que, geralmente, envolvem trabalhadores cuja condição tende a ser mais precária em razão de estarem em atividades em desacordo com as normas legais ou fora do alcance das instituições públicas de seguridade social (KREIN; PRONI, 2010).

Krein e Proni (2010, p. 7) falam:

A informalidade assume distintos significados nos diferentes debates em torno das suas manifestações cotidianas, uma vez que a sua compreensão na opinião pública, na academia e entre os formuladores de políticas públicas costuma variar de acordo com a visão de mundo, os compromissos e os interesses imediatos de cada segmento social. Mas, qualquer que seja o significado atribuído às suas manifestações, a questão não pode ser pensada de forma compartimentalizada, como se o problema estivesse restrito a um setor atrasado e estanque da economia.

Durante este novo recorte temporal, marcado por gradativa crise do Estado de bem-estar nos países desenvolvidos, com destaque aos Estados Unidos, as chamadas práticas informais começam a surgir nestes ditos países desenvolvidos Moura Júnior (2007 apud CASTELLS, 1997). Desta maneira, o que antes era concebido como exclusividade do terceiro mundismo, começa a emergir nas sociedades de economia forte. Apesar disso, as discussões da escola sociológica norte-americana acabaram restringindo suas reflexões ao fenômeno da migração, assim definindo a informalidade como problema trazido e gerado pelos imigrantes latino-americanos (MOURA JUNIOR, 2007).

Ainda se referindo ao contexto norte-americano, alguns autores revelavam que as práticas informais seriam estratégias de sobrevivência Moura Junior (2007 apud PAIVA, 1997) de setores imigrantes que não conseguiam empregos formais. Não



se pode negar que existem tais situações, no entanto, a informalidade nunca pode ser reduzida a uma simples estratégia de sobrevivência, pois esta se insere em processos de reestruturação do capitalismo como flexibilização, terceirização, crise da sociedade salarial (MOURA JUNIOR, 2007).

O comércio informal é muito comum em países subdesenvolvidos e emergentes. Seu desenvolvimento ocorre em consequência do “desemprego estrutural” que significa o resultado da modernização do processo produtivo, tendo relação com as novas formas de organização do trabalho, da cobrança de tributos e da burocracia para atuar legalmente (SANTOS, 2009).

A informalidade no comércio, é um fator dentre vários, de grande influência no setor econômico de um país. E de acordo com PAULANI e BRAGA (2007), o crescimento econômico está relacionado, principalmente a elevação do produto agregado do país ou região estudada e, pode ser avaliado a partir das contas nacionais. Por outro lado, o desenvolvimento econômico pode ser definido como um conjunto de indicadores que leva em consideração a elevação da qualidade de vida da população e a redução das diferenças econômicas e sociais entre seus membros.

Bresser-Pereira (2008, p. 1) difere os dois conceitos:

O desenvolvimento econômico de um país [...] é o processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento da produtividade, dos salários, e do padrão médio de vida da população. A medida mais geral de desenvolvimento econômico é a do aumento da renda por habitante porque esta mede aproximadamente o aumento geral da produtividade; já os níveis comparativos de desenvolvimento econômico são geralmente medidos pela renda em termos de PPC (paridade de poder de compra) por habitante porque a renda ou produto do país corrigido dessa maneira avalia melhor a capacidade média de consumo da população do que a renda nominal.

Após esclarecer-se sobre os princípios de desenvolvimento econômico, percebe-se que o desemprego é uma das principais causas da população não conseguir elevar sua qualidade de vida, e com isso resultando na busca por alternativas dentro do comércio informal.

## **Comércio varejista informal de São Luis**

O início da comercialização no centro de São Luis-MA se deu em meados do século XVIII após a criação da Cia do Grão Pará e Maranhão, onde foi possível ver a mudança no cenário urbano de São Luís (SANTOS; ABREU; COSTA, 2011).



O Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDS, 2009, p. 1) fala sobre o significado do comércio varejista:

Uma das características do setor de comércio e serviços é a ausência de uma tipologia adequada para a definição do setor, que tem características próprias e diferenciadas do ponto de vista acadêmico e analítico, englobando diversas atividades não comparáveis entre si. [...] Tradicionalmente, é dividido em dois grandes segmentos, alimentos e não alimentos; ou ainda mais comumente, entre bens de consumo duráveis, semi-duráveis e não duráveis. As duas definições compreendem diversas categorias de lojas, sendo que a última inclui a venda de veículos e autopeças e material de construção.

Inicia-se falando a respeito do processo de origem no comércio do Maranhão, e Burnet (2006, p. 1) afirma que:

Ao se transformar na cidade mercantil, alternando com Belém a sede do governo da Província do Maranhão e Grão-Pará, será através da Companhia do Comércio, criada no último quartel do século XVIII que São Luís, graças à produção agrícola que comercializa com a Europa dos primórdios da Revolução Industrial.

Moura Junior (2007), fala a respeito do “comércio de rua do centro de São Luís”, onde ele busca entender “[...] o funcionamento desse comércio, destacando os diferentes tipos de relações que são estabelecidas entre os próprios comerciantes e destes com seus clientes”.

Os migrantes asiáticos vêm conquistando cada vez mais espaço, e são reconhecidos facilmente no comércio pelos seus produtos variados que vai desde alimentos, calçados, acessórios, vestuários e eletrônicos. Produtos semelhantes aos de marca, porém mais acessíveis e com preços mais baixos. Em São Luís, os asiáticos tem ganhado grande destaque, por se multiplicar rapidamente e já não ocupar somente as calçadas, mas inúmeras lojas (ESTRANGEIROS DO BRASIL, 2013).

Por muitas vezes esses vendedores ambulantes são barrados pela prefeitura por intermédio da polícia militar e acabam tendo seus produtos confiscados, e os caracterizando como vendedores informais. A informalidade está no centro do debate sobre as transformações no mundo do trabalho.

Segundo Antunes (1995, p. 15):

Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a classe-que-vive-do- trabalho sofreu a mais aguda crise deste século, que atinge não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e... afetou sua forma de ser.

Diante do supracitado, busca-se a compreensão para o grande crescimento dos migrantes asiáticos do comércio varejista informal no município de São Luís, analisando seus impactos no desenvolvimento, econômicos, culturais e



sociais, com análise do perfil e na elaboração do mapeamento das atividades desenvolvidas pelos mesmos. Tendo em vista o seu local de maior concentração: o centro.

A respeito do perfil dos comerciantes do centro de São Luis, Moura Junior (2007, p. 41) fala que:

O Sindicato dos Camelôs possui cerca de trezentos sindicalizados (dados referentes ao ano de 2006) dos quais cento e dezessete (45 mulheres e 72 homens) têm como local de trabalho a rede urbana do Centro de São Luís.

Tais mudanças nos levam a refletir a respeito do novo cenário que se instaurou no mundo do trabalho, onde a classe trabalhadora vem tentando adaptar-se as variadas transformações para conseguir sobreviver em meio ao quadro de desemprego. O crescente número de migrantes asiáticos no comércio varejista de São Luís desperta o interesse por constituir um relevante estudo no campo do comércio varejista informal, e principalmente no campo do desenvolvimento socioeconômico. E devido as transformações no mundo do trabalho por conta da globalização, faz-se necessário uma análise profunda sobre as mudanças econômicas e suas contribuições para o comércio varejista no município de São Luís.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

AGENCIA FAPESP. Disponível em: <<http://agencia.fapesp.br/inicial/>>. Acesso em: 14 dez. 2016.

BNDES. **Comércio Varejista**. Rio de Janeiro, 1996.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Crescimento e desenvolvimento econômico**.

Disponível em:

<<http://www.bresserpereira.org.br/Papers/2007/07.22.CrescimentoDesenvolvimento.Junho19.2008.pdf>>. Acesso em 14 dez. 2016.

BURNETT, Carlos Frederico Lago. **Da cidade unitária à metrópole fragmentada, crítica à constituição da são luís moderna**. Disponível em:

<<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/viewFile/1127/1102>>. Acesso em: 14 dez. 2016.



CASTELLS, M.; PORTES, A. El mundo sumergido: los orígenes, la dinámica e los efectos de la economía informal. In: **La economía informal: estudios nos países avazados y em desarrollo**. Buenos Aires: Ed. Política y Sociedad. p. 21-47., 1997.

CASTRO, Beatriz L. Gustmann; BERNART, Maria de Lourdes; BAPTISTA, Camila Correa. **Educação e Trabalho**: algumas reflexões sobre a imigração Haitiana no Brasil. Artigo científico (Reunião Científica Regional da ANPED), Universidade Federal do Paraná- Curitiba/Paraná, 2016.

ESTRANGEIROS NO BRASIL. **Grupo de estrangeiros que mais cresceu é de asiáticos**. Disponível em: <<http://www.estrangeirosbrasil.com.br/2013/11/12/grupo-de-estrangeiros-que-mais-cresceu-e-de-asiaticos/>>. Acesso em: 02 dez. 16.

FREITAS, Patricia Tavares de. **Imigração e empreendimentos econômicos**: o circuito de confecção e comercialização de roupas em torno de imigrantes coreanos e bolivianos na cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2009.

GUSMÃO, Alessandra Bobler et al. **URAI-Capital do Rami, sob o olhar do trabalhador: 1960 a 1980**. Projeto contação de Histórias do Norte do Paraná: memória e ensino-aprendizagem de história (UEL/FAFI/NRE Cornélio Procópio). URAI-PR, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2016**. Disponível em: <<http://brasil500anos.ibge.gov.br>>. Acesso em: 26 set. 2016.

KREIN, José Dari; PRONI, Marcelo Weishaupt. **Economia informal**: aspectos conceituais e teóricos. Escritório OIT no Brasil-Brasília: OIT, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MATSUO, Myrian. **Trabalho informal e desemprego**: desigualdades sociais. Dissertação (Doutorado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação, Universidade de São Paulo, 2009.

MOURA JÚNIOR, Cosme Oliveira. **Economia, cotidiano e sociabilidade no comércio de rua**: o caso de São Luís. São Luís, 2007. 162 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal do Maranhão, 2007.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de; MASIERO, Gilmar. **Estudos Asiáticos no Brasil: contexto e desafios**. Rev. Bras. Polít. Int. 48 (2): 5-28 [2005].

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **O Brasil dos imigrantes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

PAIVA, V.; POTENGY, G.; CHINELLI, F. Qualificação e inserção alternativa no mundo do trabalho: a sociologia do trabalho para além da indústria. **Novos Estudos**, São Paulo: CEBRAP, n. 48, p. 121 – 142, 1997.

VIII Seminário Internacional sobre

## Desenvolvimento regional

Territórios, redes e  
Desenvolvimento Regional:  
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação  
**Desenvolvimento  
Regional**  
mestrado e doutorado



PAULANI, L. M., BRAGA, M. B. **A nova contabilidade social**. São Paulo: Saraiva, 2007.

PIZA, Douglas de Toledo. **Um pouco da mundialização contada a partir da região da rua 25 de março**: migrantes chineses e comércio “informal”. São Paulo, 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação, Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Vinícios Correia Santos. **Da era fordista ao desemprego estrutural da força de trabalho: mudanças na organização da produção e do trabalho e seus reflexos**. Artigo submetido ao VI Colóquio internacional Marx e Engels. Pará, 2009.

SANTOS, Ana Jéssica Corrêa; ABREU, Ildeneia Borges; COSTA, Sarany Rodrigues da. Feira a Praia Grande: as peculiaridades mantidas através de séculos. Disponível em:  
<<http://www.linguagemidentidades.ufma.br/publicacoes/pdf/Artigo%20%20Ildeneia%20Abreu.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2016.

SMITH P. **Assessing the of the underground economy: the Canadian statistical perspectives**. Canadian Economic Observer . - 1994. - Vol. 1994.